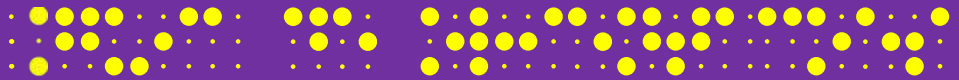
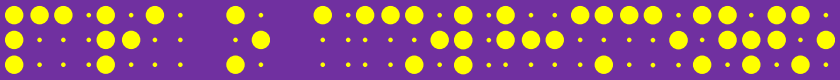


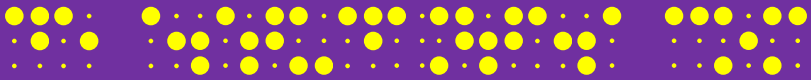
Janecy Ferreira dos Santos



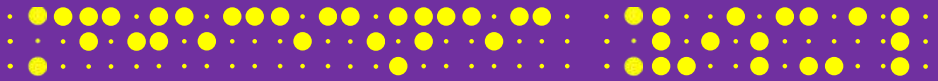
Guia de orientações



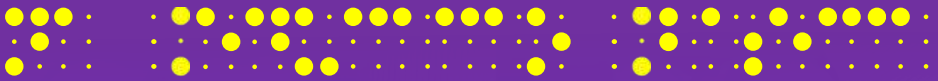
para o acolhimento



de estudantes com



Deficiência Visual.



na Educação Básica

Produto Educacional - Mestrado Profissional



**GUIA DE ORIENTAÇÕES
PARA O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Mestranda: Janecy Ferreira dos Santos
Orientadora: Profa. Dra. Giovanna Rodrigues Cabral

**Lavras - MG
2026**

FICHA CATALOGRÁFICA

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Santos, Janecy Ferreira dos.

Guia de Orientações para o Acolhimento Educacional de Estudantes com
Deficiência Visual na Educação Básica / Janecy Ferreira dos Santos. - 2026.
64 p. : il.

Orientadora: Giovanna Rodrigues Cabral

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2026.
Bibliografia.

I. Produto educacional. 2. Educação inclusiva. 3. Deficiência visual. 4.
Acolhimento educacional. 5. Práticas pedagógicas. I. Cabral, Giovanna Rodrigues. II.
Universidade Federal de Lavras. III. Título.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Origem do produto: Dissertação de mestrado profissional da UFLA - FAELCH intitulada: Desafios da inclusão e acolhimento educacional de estudantes com deficiência visual na educação básica, na perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo.

Área de conhecimento: Ensino.

Público alvo: Gestão escolar, equipe pedagógica, professores, estudantes, técnicos administrativos.

Finalidade: Auxiliar, orientar e aperfeiçoar os processos de acolhimento e integração na promoção de um ambiente sócio afetivo.

Categoria: E-book - Guia de orientações.

Autora: Janecy Ferreira dos Santos.

Orientador: Profa. Dra. Giovanna Rodrigues Cabral

Revisão: Equipe do Centro de Apoio Pedagógico às pessoas com deficiência visual - SRE /Teófilo Otoni

Editoração, ilustração e diagramação eletrônica:
Walker Leão Camargos Moutinho

Disponibilidade: Irrestrita, preservando os direitos autorais e a proibição de uso comercial do produto.

Divulgação: Formato digital.

Idioma: Português.

Instituição envolvida: Instituto Federal de Lavras (UFLA) - Campus Lavras.

Cidade: Lavras - Minas Gerais.

País: Brasil.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Objetivo geral	11
Objetivos específicos	11
1. Conceitos Fundamentais Sobre Deficiência Visual	14
2. Práticas Inclusivas e Organização Escolar	17
2.1. Acolhimento do estudante com deficiência visual	18
2.2. Acessibilidade Física e Espacial	21
2.2.1. Padrões Arquitetônicos e de Sinalização	21
Símbolos de Acessibilidade	23
Orientação e Mobilidade.....	25
Uso da Bengala	25
2.2.2. Informações de Fundamental Atenção	26
2.3. Tecnologia Assistiva e Materiais Acessíveis	27
2.3.1. Recursos para Baixa Visão e Cegueira	27
2.3.2. Uso de Softwares e Tecnologias	28
3. Sensibilização e Atitudes Afirmativas	29
3.1. Sensibilização da Comunidade Escolar	29
3.2. Diretrizes de Comunicação e Relacionamento	29
Práticas Educativas para uma Vida Independente - PEVI	31
4. Planejamento Pedagógico Individualizado (PEI)	32
4.1 O que é e para quem se destina?	32
4.2 Definição e Foco	32
4.3 Objetivos do PEI	33

4.4 Quais estudantes devem ter o PEI elaborado?	33
4.5 O Ciclo do PEI: Elaboração e Implementação	34
4.6 Passo a Passo para Construção do PEI	35
5. Estratégias de Ensino e Avaliação Inclusiva	37
5.1. Metodologias e adaptação de conteúdos e materiais	37
5.2 Avaliação Individualizada	38
6. Rede de Apoio à Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual, Onde Buscar Orientações?	39
Atitudes Afirmativas	40
Noções básicas de como se relacionar com pessoas com deficiência visual	43
7. Saiba Mais - Sites e Blogs	51
Sugestões Para a Equipe Escolar	54
Oficina Pedagógica: Educação Inclusiva e Deficiência Visual na Prática Escolar	54
Desenvolvimento da Oficina	55
8. Considerações Finais	59
Referências	61

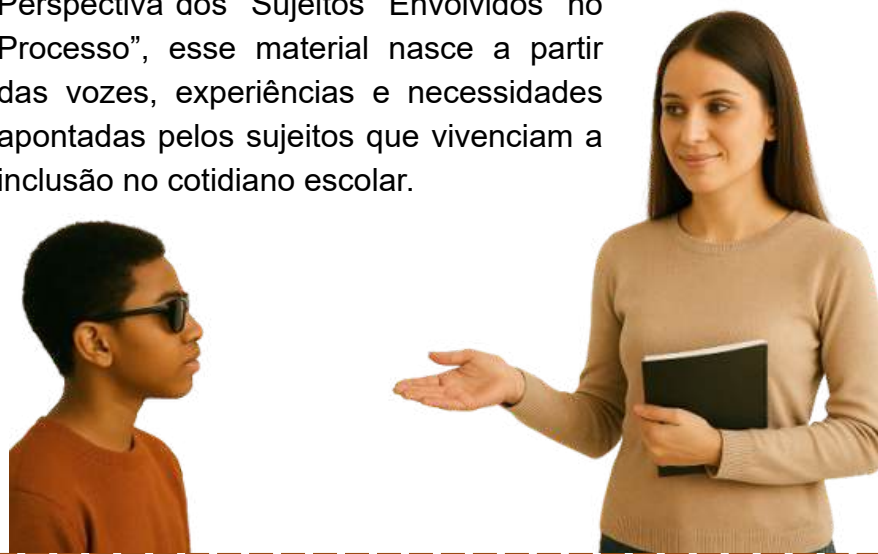
APRESENTAÇÃO

"Acolher na escola é plantar confiança para que o conhecimento floresça sem medo."

Incluir não é apenas abrir as portas da escola: é garantir que cada estudante seja acolhido com respeito, compreendido em sua singularidade e tenha assegurado o seu direito de aprender e participar plenamente do cotidiano escolar. É reconhecer que a diversidade enriquece as relações, amplia horizontes e fortalece a construção coletiva do conhecimento.

Este guia é fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado profissional em Educação, que, além da dissertação, demanda a elaboração de produtos educacionais capazes de dialogar diretamente com a prática.

Vinculado ao estudo intitulado: “Desafios da Inclusão de Estudantes com Deficiência Visual na Educação Básica, na Perspectiva dos Sujeitos Envolvidos no Processo”, esse material nasce a partir das vozes, experiências e necessidades apontadas pelos sujeitos que vivenciam a inclusão no cotidiano escolar.



Os resultados da pesquisa evidenciaram desafios importantes que atravessam o processo de inclusão de estudantes com deficiência visual, que foram organizados em seis grandes eixos fundamentais: a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação; a escassez de materiais acessíveis; as demandas relacionadas ao planejamento pedagógico inclusivo; as barreiras atitudinais e estruturais ainda presentes nas escolas; a importância da sensibilidade da comunidade escolar; e o fortalecimento do protagonismo estudantil. Esses elementos orientam a construção deste guia e fundamentam as propostas aqui apresentadas.

Nesse contexto, o material tem como propósito apoiar educadores, gestores escolares e demais profissionais no acolhimento inicial e continuado de estudantes com baixa visão e cegueira na Educação Básica, oferecendo orientações práticas, acessíveis e contextualizadas. Mais do que apresentar conceitos, o guia busca esclarecer as especificidades da baixa visão e da cegueira, ao mesmo tempo em que promove reflexões sobre os desafios concretos enfrentados no ambiente escolar.

A partir dessa compreensão, são propostos caminhos para a construção de ambientes mais acessíveis e acolhedores, com orientações sobre adaptação dos espaços físicos, organização, e sinalização. O guia também reúne estratégias pedagógicas inclusivas que favorecem a participação ativa dos estudantes, destacando a importância do planejamento intencional e da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), respeitando as necessidades e potencialidades de cada sujeito.

Entendemos que a inclusão efetiva não se limita a recursos materiais ou adaptações físicas. Ela exige mudanças nas

atitudes, na cultura escolar e nas relações estabelecidas no cotidiano. Por isso, este guia também enfatiza a sensibilização da comunidade escolar — professores, estudantes, funcionários e famílias — como elemento essencial para a construção de um ambiente baseado na empatia, no respeito e na colaboração. Nesse processo, o estudante com deficiência visual é reconhecido não apenas como sujeito de direitos, mas como protagonista de sua própria trajetória escolar.

Além disso, são tratadas orientações práticas para os primeiros momentos de inserção do estudante na escola, compreendendo o acolhimento inicial como um passo decisivo para a construção de vínculos de confiança, segurança e pertencimento.

Por fim, destacamos que este guia não se constitui como um conjunto rígido de procedimentos a serem seguidos de forma mecânica, mas como um documento orientador, aberto ao diálogo, à reflexão e à adaptação conforme cada realidade escolar. Espera-se que ele contribua para fortalecer práticas inclusivas, ampliar espaços de escuta e colaboração, e inspirar novas possibilidades construídas coletivamente no cotidiano da escola.

Que este material possa ser apropriado, ressignificado e enriquecido pelas experiências vividas nas escolas, tornando-se parte de um movimento contínuo de construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e comprometida com o desenvolvimento de todos.

PARA PENSAR...

Não é certamente a falta de visão que nos afasta ou nos torna menos capazes de conviver e agir em harmonia com quem vê, será sempre a ignorância, o preconceito, a falsa noção de compaixão. (SÁ, 2012, p. 69)



OBJETIVO GERAL:

Apresentar um e-book prático e acessível, voltado a educadores e gestores escolares, que sistematize orientações para o acolhimento inicial de estudantes com deficiência visual na Educação Básica, contribuindo para o acesso, a permanência e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar fundamentos teóricos e práticos sobre a deficiência visual, explicitando conceitos, características e distinções entre cegueira e baixa visão, bem como os principais desafios enfrentados por esses estudantes no contexto educacional.



- Orientar a adaptação do ambiente escolar, por meio de sugestões práticas para tornar salas de aula e demais espaços educativos acessíveis, seguros e funcionais, considerando aspectos como organização física, iluminação e sinalização.



- Sistematizar estratégias pedagógicas inclusivas que favoreçam o acolhimento, a participação e o processo de aprendizagem de estudantes com deficiência visual.

- Promover a sensibilização da comunidade escolar, incentivando a conscientização de gestores, professores, demais profissionais da educação, estudantes e famílias acerca da importância do acolhimento inicial inclusivo, fortalecendo atitudes de empatia, corresponsabilidade e cooperação.



- Orientar o planejamento e o acompanhamento pedagógico individualizado, destacando a relevância da elaboração e implementação de Planos Educacionais Individualizados (PEI/PDI), conforme as necessidades específicas de cada estudante.

- Disponibilizar orientações práticas para o acolhimento inicial, por meio de um roteiro de ações para os primeiros dias do estudante com baixa visão ou cegueira na escola, visando à construção de vínculos, segurança e bem-estar.



1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual compreende condições que afetam a capacidade de enxergar de forma parcial ou total, podendo comprometer o desempenho nas atividades cotidianas, a aprendizagem e a interação com o ambiente.



A deficiência visual é considerada quando a visão não pode ser corrigida, mesmo após tratamentos ou com o uso de recursos ópticos, como óculos ou lentes de contato. Muitas pessoas acreditam que o simples fato de alguém utilizar óculos ou lentes já a caracteriza como pessoa com deficiência visual; no entanto, se a visão é adequadamente corrigida por esses recursos, essa pessoa não é considerada deficiente visual.

A seguir, apresentam-se três conceitos fundamentais relacionados a esse campo: cegueira, baixa visão e surdocegueira.

Aspectos	Cegueira	Baixa Visão	Surdocegueira
Definição	Alteração grave ou total das funções essenciais da visão, impedindo a percepção visual funcional.	Alteração significativa da capacidade funcional da visão, com redução da acuidade, campo visual ou sensibilidade, mas preservando algum uso funcional.	Comprometimento combinado da visão e audição em diferentes graus.
Perdas Envolvidas	Percepção de cor, forma, tamanho, distância, posição e/ou movimento.	Baixa acuidade visual, redução do campo visual, dificuldade com cores e contrastes.	Perdas simultâneas dos sentidos receptores à distância (visão e audição).
Uso Funcional da Visão	Não há uso funcional da visão.	Há uso funcional residual, com possibilidade de otimização.	Pode haver uso parcial da visão e/ou audição, dependendo do grau de comprometimento.

Aspectos	Cegueira	Baixa Visão	Surdocegueira
Impactos Principais	Necessidade de estratégias alternativas de orientação, mobilidade e acesso à informação.	Limitações no desempenho visual que interferem em atividades cotidianas e de aprendizagem.	Dificuldades severas de comunicação, mobilidade, acesso à informação e interação com o ambiente.
Recursos e Estratégias	Técnicas táteis e auditivas, tecnologia assistiva, Sistema Braille, bengala longa, dispositivos eletrônicos.	Auxílios ópticos (lupas, lentes), recursos de contraste, iluminação adequada, ampliação, tecnologias assistivas.	Comunicação tátil, Língua de Sinais Tátil, guias-intérpretes, estimulação sensorial específica, recursos adaptados.
Necessidades Educacionais	Materiais acessíveis (Braille, áudio, tátil), orientação e mobilidade, adaptações curriculares.	Ampliação, contraste, recursos visuais otimizados, adaptações de material didático.	Atendimentos especializados em comunicação, mobilidade e acesso à informação, com suporte de profissionais especializados.
Referências	Sá, Campos e Silva (2007).	Sá, Campos e Silva (2007).	Writer (1987); Maxson et al. (1993); McLetchie & Riggio (2002).

Fonte: Própria autora, 2026.

2. PRÁTICAS INCLUSIVAS E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Esta seção reúne as diretrizes para garantir o acolhimento, a acessibilidade estrutural e o uso de recursos tecnológicos para o estudante com deficiência visual.

O **Acolhimento educacional** é compreendido como um processo institucional, intencional e contínuo, que envolve práticas pedagógicas, relacionais e organizacionais voltadas à escuta, ao reconhecimento das singularidades e à garantia da participação efetiva dos estudantes no ambiente escolar.

Modelo teórico do acolhimento educacional para estudantes com deficiência visual

Uma abordagem de múltiplas dimensões interdependentes



Integração das dimensões: a efetivação do acolhimento educacional depende da interação contínua entre as dimensões institucionais, pedagógicas, relacionais e de acessibilidade.

2.1. O acolhimento de estudantes com deficiência visual na educação básica é um processo contínuo que envolve garantir não apenas o acesso, mas também a participação, a aprendizagem e o pertencimento no ambiente escolar. Esse processo se organiza em quatro dimensões interdependentes: institucional, pedagógica, relacional e de acessibilidade, que, articuladas, sustentam práticas inclusivas no cotidiano da escola.

Neste guia, o checklist apresentado oferece orientações práticas para apoiar profissionais da educação na implementação de ações efetivas de acolhimento:

1. Dimensão Institucional

(Organização, fluxos e compromisso da escola)

- Realizar escuta qualificada no ato da matrícula com o estudante e a família
- Registrar formalmente as necessidades específicas do estudante
- Estabelecer fluxo institucional de acolhimento (gestão + coordenação + AEE)
- Garantir articulação sistemática entre professor da sala comum e AEE
- Definir responsáveis pelo acompanhamento do estudante
- Incluir o estudante nas pautas de planejamento pedagógico coletivo
- Prever momentos de formação continuada sobre educação inclusiva
- Evitar que o atendimento dependa apenas de iniciativas individuais
- Inserir o acolhimento como prática permanente no Projeto Político-Pedagógico (PPP)

2. Dimensão Pedagógica

(Ensino, aprendizagem e acesso ao currículo)

- Planejar aulas com adaptação antecipada de atividades
- Produzir materiais acessíveis em parceria com o AEE
- Garantir que o estudante tenha acesso ao mesmo conteúdo e no mesmo tempo pedagógico
- Disponibilizar materiais em formatos diversos (ampliado, áudio, digital acessível, braille)
- Utilizar tecnologias assistivas (leitores de tela, lupas, etc.)
- Substituir atividades exclusivamente visuais por alternativas equivalentes
- Descrever oralmente imagens, gráficos e vídeos durante a aula
- Planejar atividades com recursos táteis e multissensoriais
- Adaptar avaliações (formato, tempo e forma de resposta)
- Desenvolver materiais de forma colaborativa entre professores
- Garantir instruções claras e organizadas em todas as atividades

3. Dimensão Relacional

(Escuta, vínculo, pertencimento e cultura inclusiva)

- Promover escuta ativa, empatia e diálogo contínuo com o estudante
- Construir um ambiente seguro onde o estudante se sinta pertencente
- Realizar ações de sensibilização com a turma sobre inclusão
- Desenvolver atividades que promovam empatia (ex.: vivências orientadas)

- Incentivar a participação do estudante em todas as atividades escolares
- Evitar atitudes de superproteção ou exclusão
- Estimular interação colaborativa entre os colegas
- Valorizar publicamente o estudante (eventos, projetos, apresentações)
- Promover convivência respeitosa, com comunicação clara e acolhedora
- Fortalecer vínculos entre escola, estudante e família

4. Dimensão da Acessibilidade

(Condições físicas, comunicacionais e tecnológicas)

- Organizar o ambiente escolar para garantir segurança e autonomia
- Implementar sinalizações adequadas (visuais e/ou táteis)
- Manter rotinas estruturadas e previsíveis
- Evitar obstáculos e mudanças bruscas no espaço sem aviso
- Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva
- Adaptar materiais didáticos conforme necessidade
- Garantir acessibilidade comunicacional (oralização, descrição, clareza)
- Orientar o estudante quanto à organização e circulação nos espaços
- Integrar acessibilidade ao planejamento pedagógico (não como ação isolada)

5. Ações Integradoras (entre as dimensões)

(Articulação prática do modelo teórico)

- Desenvolver projetos interdisciplinares sobre inclusão
- Promover participação em atividades esportivas e culturais inclusivas

- Articular escola, família e equipe pedagógica em ações conjuntas
- Planejar ações coletivas que envolvam diferentes profissionais
- Criar cultura escolar inclusiva contínua (não pontual)
- Monitorar e revisar práticas de acolhimento periodicamente
- Garantir que todas as dimensões atuem de forma integrada (não isolada)

2.2. Acessibilidade Física e Espacial

- A adaptação dos ambientes escolares é fundamental para garantir a inclusão de alunos com deficiência visual, eliminando barreiras físicas e arquitetônicas.

2.2.1. Padrões Arquitetônicos e de Sinalização

- Adequar o espaço físico, eliminando barreiras e garantindo sinalização tátil nos corredores, escadas e áreas de circulação.
- Instalar piso tátil direcional e de alerta em corredores, entradas, escadas e rampas.
- Garantir corrimãos bilaterais em escadas e rampas.
- Usar contraste de cores em portas, quinas de paredes, corrimãos e degraus (ex.: amarelo em piso escuro).
- Identificar salas, banheiros e setores com placas em braile e relevo.





A NBR 9050/2020 constitui-se como um instrumento normativo fundamental para a promoção da acessibilidade nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, assegurando condições de uso seguro, autônomo e equitativo a todas as pessoas.

A referida norma estabelece critérios técnicos objetivos para o planejamento e a adequação de espaços, contemplando, entre outros aspectos, a sinalização em ambientes públicos, o mobiliário e os equipamentos urbanos, de modo a garantir a eliminação de barreiras físicas e comunicacionais. [abnt-nbr-9050-2020.pdf - Google Drive](#)



SÍMBOLOS DE ACESSIBILIDADE

Símbolos vinculados à acessibilidade e à tecnologia assistiva, sejam eles regulamentados ou não, são amplamente utilizados para identificar locais, equipamentos, produtos e serviços acessíveis ou passíveis de uso por pessoas com deficiência visual.



Pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia: Regulamentado pela ABNT NBR 9050 como símbolo complementar de atendimento preferencial e pela ABNT NBR 14022, deve ser utilizado para indicar as facilidades existentes para pessoas usuárias de cão-guia em edificações, mobiliário, espaços, equipamentos urbanos e serviços.



Pessoa com baixa visão: Embora não seja regulamentado, esse símbolo é algumas vezes utilizado para representar as pessoas com esse tipo de deficiência visual ou os recursos de tecnologia assistiva destinados a esse público.



Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual: Regulamentado pela ABNT NBR 9050, este símbolo indica a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual.



Braille: Destinado a pessoas com deficiência visual, indica a disponibilidade desse recurso em textos e outros materiais informativos.



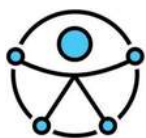
Audiodescrição: Regulamentado pela ABNT NBR 16452, indica que o evento, a programação de TV, o vídeo ou o filme disponibilizam esse recurso descritivo para pessoas com deficiência visual por meio de um canal de áudio separado ou de Programa de Áudio Secundário (SAP).



Texto com letras ampliadas: Destinado a pessoas com deficiência visual, indica a disponibilidade desse recurso em textos e outros materiais informativos.



Pessoa com surdocegueira: Regulamentado pela ABNT NBR 15599, o símbolo indica locais que tenham acessibilidade para pessoas surdocegas.



O símbolo, criado em 2015 pela ONU, procura englobar todos os tipos de deficiência e acessibilidade. Ele substitui o antigo símbolo internacional com a imagem de um cadeirante em fundo azul ou preto, que é associado a pessoas com mobilidade reduzida. Fonte: Agência Senado



ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

A Orientação e Mobilidade (OM) é um campo da educação inclusiva voltado à capacitação e reabilitação, caracterizado pelo uso de técnicas, métodos e estratégias que favorecem a locomoção de pessoas com deficiência visual, incluindo cegas, com baixa visão, surdocegueira ou com deficiências múltiplas.

Para a pessoa com deficiência visual, a orientação refere-se ao aprendizado de utilizar os sentidos para obter informações do ambiente, permitindo reconhecer onde está, para onde deseja ir e como chegar a determinado local. Nesse processo, podem ser utilizados a audição, o tato, a cinestesia (percepção dos movimentos do próprio corpo), o olfato e a visão residual, quando existente. Já a mobilidade diz respeito ao aprendizado do controle dos movimentos corporais de forma organizada, segura e eficiente, possibilitando o deslocamento com autonomia nos diferentes espaços.

USO DA BENGALA

LEI Nº 14.951, DE 2 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário.



Art. 2º A bengala longa, tecnologia assistiva utilizada como instrumento auxiliar na locomoção de pessoas com diferentes graus de deficiência visual, poderá ter as seguintes cores para identificação da condição de seu usuário:

- I - branca: para pessoas com cegueira;
- II - verde: para pessoas com baixa visão (visão subnormal);
- III - vermelha e branca: para pessoas com surdocegueira.

A bengala possibilita um melhor deslocamento com base em técnicas que lhes dão a referência na identificação dos locais por onde caminham.

A bengala é um instrumento indispensável para a locomoção, e, ao viabilizar a independência, levanta a autoestima da pessoa com deficiência visual. Com sua utilização, os deficientes visuais têm mais segurança e mobilidade durante a travessia de ruas, subindo ou descendo escadas ou durante seus deslocamentos no interior de instituições públicas e/ou privadas (Brasil, 2024).

2.2.2. Informações de Fundamental Atenção

- Manter os espaços livres de obstáculos no trajeto (caixas, mesas, lixeiras).
- Manter portas sempre totalmente abertas ou totalmente fechadas, evitando semiaberturas.
- Dispor as carteiras de forma organizada, deixando corredores livres para circulação.
- Garantir que o aluno conheça previamente a organização do espaço.
- Evitar mudanças constantes na disposição dos móveis sem aviso.

- Instalar iluminação uniforme na sala de aula, evitando sombras e pontos muito escuros.
- Em Áreas Comuns (pátio, refeitório, banheiros), manter rotas livres e garantir mesas acessíveis e sinalizadas.
- Em Bibliotecas e Laboratórios, adaptar materiais com descrição em áudio e versão digital e garantir que instrumentos tenham descrição tátil ou oral.
- Instalar sinalização sonora em elevadores, quando houver.

2.3. Tecnologia Assistiva e Materiais Acessíveis

Recursos para assegurar o acesso ao conteúdo acadêmico e promover a participação ativa do estudante no processo de ensino-aprendizagem.

2.3.1. Recursos para Baixa Visão e Cegueira

- Disponibilizar apostilas, provas e livros em braille, formato ampliado ou em formato acessível para leitores de tela.
- Adaptar gráficos e imagens em relevo sempre que possível e necessário.
- Promover o uso de material em áudio e buscar ajuda na gravação do livro didático inteiro ou de capítulos pertinentes à matéria.
- Solicitar ao CAP (Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual) a transcrição de livros em braille ou em formato acessível para leitores de tela, para estudantes com cegueira e surdocegueira, e ampliação para os estudantes com baixa visão. Para isso, é necessário que o material seja entregue ao CAP responsável com antecedência.
- Utilizar impressoras braille e regletes para produção de materiais.

2.3.2. Uso de Softwares e Tecnologias

- Utilizar softwares leitores de tela, como o NVDA, para facilitar o acesso ao computador e à internet;
- Utilizar o sistema Dosvox para auxiliar na leitura, escrita e inclusão digital;
- Incentivar o uso de recursos de acessibilidade para promover maior autonomia das pessoas com deficiência visual.
- Disponibilizar computadores com leitores de tela na escola.
- Incentivar o uso de tablets, notebooks e celulares com acessibilidade ativa (TalkBack, VoiceOver).

Principais recursos para pessoas com Baixa Visão:

- Caderno com pautas ampliadas;
- Lápis 6B;
- Fonte ampliada;
- Plano inclinado;
- Guia de linhas;
- Guia de leitura;
- Tiposcópio.



Principais recursos para pessoas com cegueira:

- Reglete e punção;
- Guia de assinatura;
- Bengala;
- Soroban;
- Máquina Perkins;
- Softwares para PC;
- NVDA - Leitor de tela
- DOSVOX
- Leitores celular:
- Talk Back (Android)
- Voice over (IOS)



3. SENSIBILIZAÇÃO E ATITUDES AFIRMATIVAS

3.1. Sensibilização da Comunidade Escolar

- Promover palestras, oficinas e rodas de conversa sobre deficiência visual.
- Estimular o respeito, a empatia e a valorização das diferenças.
- Contar com apoio de professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Manter diálogo constante com a família.
- Promover acompanhamento com especialistas (fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, instrutores de braille).

3.2. Diretrizes de Comunicação e Relacionamento

É fundamental tratar o estudante com deficiência visual com naturalidade, foco no desenvolvimento de sua autonomia e com a mesma cordialidade dispensada aos outros estudantes.

- **Naturalidade e Autonomia:** A pessoa com deficiência visual não precisa de piedade ou atenção especial, mas de oportunidade para desenvolver suas possibilidades e talentos. Deve-se evitar a superproteção, pois a criança precisa de liberdade e espaço para explorar o ambiente e desenvolver a espontaneidade.
- **Comportamento:** As pessoas com deficiência visual necessitam de limites claros e regras de comportamento como qualquer outra pessoa. Inadequações de comportamento não devem ser justificadas pela ausência da visão.

- **Comunicação:** Fale de frente para que as pessoas com deficiência visual possam olhar para quem esteja falando. Em grupo, fale seu nome quando se referir a ela, pois não pode perceber a comunicação visual. Pode-se utilizar naturalmente palavras e termos como ver, olhar e perceber.
- **Novas Situações:** pessoas com deficiência visual podem apresentar ansiedade ou insegurança diante de situações novas, pessoas desconhecidas ou em ambientes ruidosos.
- **Vínculo e Familiaridade:** É importante que as pessoas com deficiência visual visitem a escola e conheçam a professora e os colegas (sendo apresentada a todos). Explorar e vivenciar todos os espaços da escola (corredores, sala, banheiro, pátio) é essencial.
- **Antecipação de Mudanças:** Nas mudanças de ambiente ou ausência de pessoas que estão com as pessoas com deficiência visual, elas precisam ser avisadas com antecedência para poder antecipar a mudança ou separação.
- **Interação com Objetos:** Para a pessoa com baixa visão, aproxime-se dela à altura dos olhos ao apresentar uma pessoa ou objeto. Para a pessoa que não enxerga, os objetos devem ser apresentados no dorso da mão, permitindo que ela possa aceitar ou rejeitar o que está sendo tocado.
- **Segurança:** Ao dar um copo, alimento ou qualquer objeto, avise-a, tome sua mão e coloque o objeto na palma em forma de concha para evitar acidentes

Práticas Educativas para uma Vida Independente - PEVI

A PEVI tem como princípio favorecer a independência e a autonomia das pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma vivência na qual o indivíduo deve realizar as atividades da vida diária em sua casa, no trabalho, na escola e em demais ambientes. São atividades funcionais contextualizadas, que envolvem simulações de higiene pessoal, alimentação, boas maneiras e cuidados com o lar, entre outras. Em suma, são atividades rotineiras que promovem cidadania, independência e qualidade de vida.



4. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INDIVIDUALIZADO (PEI)

O planejamento de ações individualizadas é essencial para atender às necessidades específicas de estudantes com deficiência visual.

4.1. O que é e para quem se destina?

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento pedagógico fundamental para assegurar que estudantes com necessidades educacionais específicas tenham acesso a um processo de aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Ele representa um compromisso da escola com a equidade, a personalização do ensino e o respeito às diferenças.

4.2. Definição e Foco

O PEI orienta o trabalho pedagógico a partir das habilidades, dificuldades e potencialidades dos estudantes. O foco central é construir estratégias de ensino que favoreçam o desenvolvimento integral, contemplando aspectos acadêmicos, sociais, emocionais, comportamentais e motores.

4.3 Objetivos do PEI



4.4 Quais estudantes devem ter o PEI elaborado?

O PEI é indicado para estudantes que apresentam necessidades educacionais especializadas, como:

- deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas.
- Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- outras condições que exijam adaptações significativas no processo de ensino/aprendizagem.

A obrigatoriedade do PEI está prevista no artigo 28 da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que determina que os estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especializadas têm direito a um plano de atendimento individualizado.

4.5 O Ciclo do PEI: Elaboração e Implementação

A elaboração e a execução do PEI constituem um processo coletivo e contínuo, baseado na cooperação entre escola, família e, quando necessário, profissionais externos.

O processo segue um ciclo composto por quatro etapas essenciais:

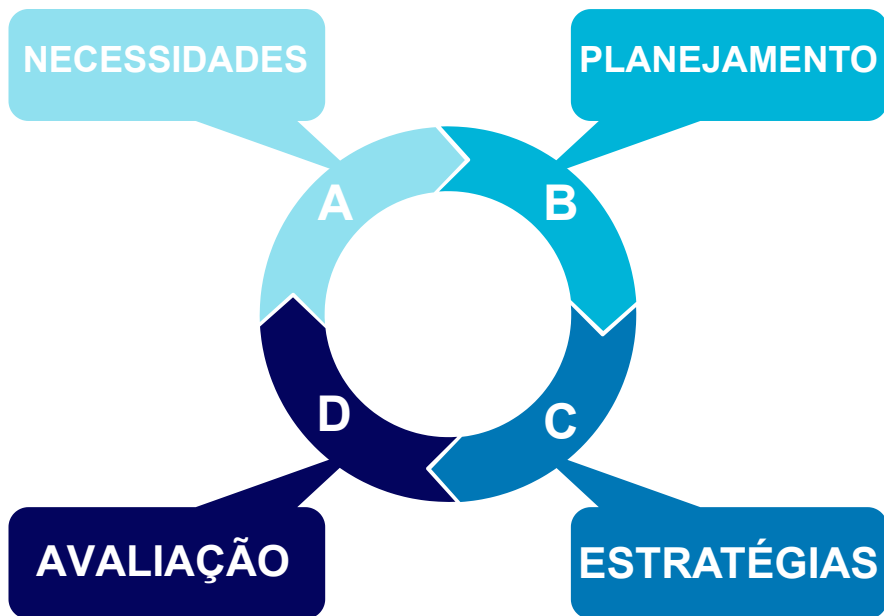
A. Identificação das necessidades: A equipe escolar realiza avaliações diagnósticas, observações em sala de aula e análises de histórico escolar para identificar habilidades e desafios do estudante, definindo quais adaptações e apoios serão fundamentais.

B. Planejamento colaborativo: Professores, coordenadores, familiares e especialistas discutem prioridades, estabelecem objetivos educacionais e selecionam as estratégias mais adequadas. Garante-se que o plano seja realista e eficaz.

C. Implementação das estratégias: As ações previstas são integradas às atividades escolares, podendo incluir adaptações curriculares, uso de tecnologia assistiva, apoio individualizado e ajustes metodológicos. A implementação deve ocorrer diariamente, de maneira coerente e contínua.

D. Acompanhamento e avaliação contínua: O progresso do aluno é monitorado regularmente. Reuniões periódicas permitem avaliar o alcance das metas, verificar o impacto das estratégias e realizar ajustes, garantindo que o PEI acompanhe a evolução do estudante.

O Ciclo do PEI: Elaboração e Implementação:



4.6 Passo a Passo para Construção do PEI

Os seguintes passos detalham a construção prática do PEI:

- 1. Avaliação Inicial do Aluno:** Coleta de informações, conhecimento do histórico e nível de autonomia, identificação do uso de recursos (braille, ampliado, digitais) e diálogo com a família e profissionais de saúde/apoio (oftalmologista, instrutor de braille, professor do AEE).
- 2. Reunião e Definição de Objetivos:** Reunião com a equipe pedagógica e a família para definição dos objetivos e prioridades do plano. Estabelecer metas claras e alcançáveis em curto, médio e longo prazo, priorizando tanto o desenvolvimento acadêmico quanto a autonomia funcional.

- 2. Planejamento dos Recursos: Definição das metas e estratégias pedagógicas.** Seleção de materiais didáticos, tecnologias assistivas e adaptações curriculares.
- 3. Implementação e Acompanhamento:** Aplicação das estratégias definidas na rotina escolar. Monitoramento e revisão contínua, com ajustes feitos conforme a evolução do aluno.



5. ESTRATÉGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO INCLUSIVA

5.1. Metodologias e adaptação de conteúdos e materiais

- Converter textos para braille, áudio ou formato digital acessível.
- Disponibilizar recursos didáticos acessíveis: livros em braille, materiais digitais, imagens em relevo, mapas táteis.
- Usar materiais concretos e táteis para conceitos abstratos (geometria, mapas, gráficos).
- Prever atividades diferenciadas quando o recurso visual for imprescindível.
- Preparar materiais com antecedência para adaptação em braille ou formato acessível.
- Descrever em voz alta o que está sendo escrito no quadro ou projetado.
- Monitorar periodicamente os avanços do aluno.
- Reavaliar estratégias sempre que necessário.
- Registrar o percurso de aprendizagem em relatórios individuais.
- Promover reuniões periódicas entre professor regente, AEE, família e demais profissionais.
- Utilizar metodologias ativas, privilegiando o aprendizado colaborativo.
- Promover experiências práticas (experimentos, atividades sensoriais, saídas pedagógicas).
- Estimular a autonomia: ensinar técnicas de orientação e mobilidade, uso de bengala, organização de materiais.

5.2 Avaliação Individualizada

- Oferecer provas em braille, digital acessível ou oral.
- Avaliar pelo conteúdo e não pela forma de registro.
- Respeitar o tempo de realização das atividades.
- Utilizar recursos tecnológicos como apoio (computador com leitor de tela, tablets, lupa eletrônica).



6. REDE APOIO À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL, ONDE BUSCAR ORIENTAÇÕES?

A rede de apoio à inclusão de estudantes com deficiência visual é fundamental para que escolas, famílias e os próprios alunos saibam onde buscar suporte.

Âmbito	Apoio / Serviço	Função / Contribuição
Na Escola	Professor do AEE	Adaptação de materiais, orientação sobre recursos acessíveis e apoio pedagógico especializado
	Equipe Gestora e Pedagógica	Garantir acessibilidade, apoiar professores e organizar práticas inclusivas
	Colegas de classe	Promover interação, e inclusão social no cotidiano escolar
Rede Municipal Estadual	Núcleos de Acessibilidade	Apoio técnico e orientação às escolas
	CAP/DV (Centro de Apoio Pedagógico)	Produção de materiais em braille, livros acessíveis e formação docente
	Salas de Recursos Multifuncionais	Disponibilização de tecnologias assistivas e atendimento especializado
Instituições Especializadas	Institutos de Cegos e Associações	Apoio educacional, cursos e orientação às famílias
	Fundação Dorina Nowill	Produção e distribuição de livros acessíveis
	Instituto Benjamin Constant	Referência nacional em formação, ensino e materiais acessíveis
	Associações locais	Apoio comunitário, cursos e fortalecimento da inclusão

Saúde e Assistência Social	Centros de Reabilitação Visual (SUS)	Atendimento clínico e reabilitação visual
	Serviços de Orientação e Mobilidade	Ensino do uso da bengala e desenvolvimento da autonomia
	CRAS/CREAS	Orientação sobre direitos, benefícios e apoio social
Recursos Tecnológicos e Online	Softwares leitores de tela (NVDA), sistema operacional (DosVox)	Acesso a conteúdos digitais por meio de áudio
	Bibliotecas digitais acessíveis	Disponibilização de livros em formatos acessíveis
	Cursos e oficinas online	Formação continuada em acessibilidade e tecnologia assistiva



ATITUDES AFIRMATIVAS

Os itens do texto podem ser estudados e discutidos nas formações continuadas propostas pela escola com servidores e comunidade escolar.

- A criança com deficiência visual deve ser tratada com naturalidade, com a mesma cordialidade e atenção dispensada às outras crianças.
- Ela não precisa de piedade ou atenção especial, mas de oportunidade para desenvolver suas possibilidades e talentos. Pode necessitar de mais tempo para agir e interagir com o meio e as pessoas.

- A criança com deficiência visual deve ser tratada com naturalidade, com a mesma cordialidade e atenção dispensada às outras crianças.
- Ela não precisa de piedade ou atenção especial, mas de oportunidade para desenvolver suas possibilidades e talentos. Pode necessitar de mais tempo para agir e interagir com o meio e as pessoas.
- Deve-se evitar a superproteção, pois a criança precisa de liberdade e espaço para agir, explorar o ambiente e desenvolver a espontaneidade e autonomia.
- A criança com deficiência visual necessita de limites claros e regras de comportamento como qualquer outra criança.
- As inadequações de comportamento, birras e agressividade não devem ser justificadas pela ausência da visão.
- Na comunicação, fale de frente para que a criança possa olhar para quem esteja falando com ela. Em grupo, fale seu nome quando se referir a ela, pois não pode perceber a comunicação visual. Pode-se utilizar naturalmente palavras e termos como ver, olhar e perceber.
- As crianças cegas ou com baixa visão podem apresentar ansiedade, insegurança e tensão diante de situações novas e pessoas desconhecidas. Podem também se desorientar em ambientes ruidosos.
- É importante que a criança visite a escola, conheça a professora, seu nome, sua voz; de forma semelhante, conheça os colegas, seja apresentada a todos, possa tocá-los para poder conhecê-los fisicamente.

- Explorar e vivenciar todos os espaços da escola: corredores, sala, banheiro, bebedouro, pátio, área de lazer, espaços, e pessoas a quem possa recorrer quando necessário.
- Nas mudanças de ambiente ou ausência de pessoas que estão com a criança, ela precisa ser avisada com antecedência para poder antecipar a mudança ou separação das pessoas.
- As crianças com deficiência visual podem apresentar dificuldade na percepção do meio, orientação e locomoção no espaço, mas podem aprender a se locomover com independência e autonomia, se forem incentivadas para tal.
- Em virtude da dificuldade de controle do ambiente, ela pode desmotivar-se na busca de brinquedos. Encoraje-a com pistas sonoras e táteis para continuar na busca dos objetos ou persistir na brincadeira.
- Ao apresentar uma pessoa ou objeto à criança com baixa visão, aproxime-se dela à altura dos olhos para que ela possa identificá-lo. Os objetos devem ser apresentados à criança que não enxerga, no dorso da mão, permitindo que ela possa aceitar ou rejeitar o que está sendo tocado.
- Evite acidentes. Ao dar um copo, alimento ou qualquer objeto, avise-a, tome sua mão e coloque o objeto na palma em forma de concha.
- Não há necessidade de planejar atividades específicas só para ela, podendo incluí-la em todas as atividades desenvolvidas com as outras crianças, com pequenos ajustes e adaptações.
- Inclusão significa poder participar ativamente de todas as atividades com as outras crianças, em grupo.

NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

GRUPO 1 – RESPEITO E COMUNICAÇÃO

- 1** Não trate a pessoa como um ser diferente, pois ela é como as outras.



- 2** Ao abordá-la, comunique-se com ela dando-lhe um leve toque, para que saiba que você está se dirigindo a ela.



- 3** Dirija-se a ela sem designá-la por sua deficiência, chamando-a de cega ou ceguinha, o que seria uma indelicadeza.



NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

GRUPO 2 – COMPORTAMENTO E LINGUAGEM

4

Não fale com a pessoa como se fosse surda; o fato de não ver não significa que não ouça bem.



5

Em uma conversa com ela, não evite a palavra “cega” nem substitua “ver” por “ouvir”. Fale naturalmente sem se preocupar com sua deficiência.

cega
ver



6

Se estiver conversando ou conduzindo, avise-a ao se afastar, principalmente se o local for muito barulhento, pois ela poderá continuar falando sozinha.



NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

GRUPO 3 – CONDUÇÃO E MOBILIDADE (I)

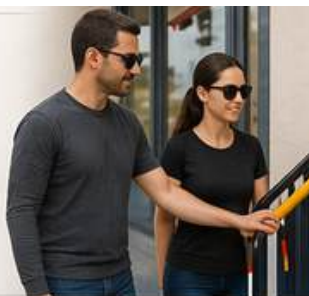
- 7** Não deixe de falar de coisas inadequadas quanto ao vestuário, postura, apresentação pessoal. Faça-o, contudo, com naturalidade para que ela não passe por situações constrangedoras.



- 8** Ao conduzi-la, não a empurre ou puxe; deixe que ela segure seu braço, pois pelo movimento do corpo do condutor perceberá melhor o caminho a ser percorrido. Nas passagens estreitas, tome a frente e deixe-a segui-lo, mesmo com a mão em seu ombro.



- 9** Não carregue a pessoa ao ajudá-la a atravessar a rua, tomar condução, subir ou descer escadas. Basta guiá-la, pôr-lhe a mão no corrimão.



NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

GRUPO 4 – ORIENTAÇÕES E SINAIS

- 10** Procure andar, sempre que possível, em linha reta ao atravessar praças, avenidas e ruas, para que ela não se desoriente.



- 11** Não diga apenas “à direita”, “à esquerda”, ao dar orientação a distância. Muitos se enganam ao tomarem como referência a posição de quem caminha em sentido contrário ao seu. Situe a pessoa com base em seu corpo, dizendo-lhe “à sua direita”, “à sua esquerda”.



- 12** Procure auxiliar a pessoa que pretende atravessar uma rua ou tomar uma condução, ainda que o oferecimento seja recusado ou mal recebido; a maioria agradecerá o gesto.



NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

13

Dirija-se diretamente à pessoa com deficiência, e não a seu acompanhante; não suponha que ela seja incapaz de compreendê-lo.



14

Quando andar com uma pessoa já acompanhada, não a segure pelo outro braço, nem lhe dê avisos a todo instante. Deixe-a ser orientada somente por quem a estiver conduzindo.



15

Portas semiabertas representam sério risco para sua integridade física. Conserve-as encostadas ou fechadas.

NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL



NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

18

Ao conduzir a pessoa para uma cadeira, coloque sua mão no encosto. Isso será suficiente para orientá-la.



19

Para tomar um carro, encaminhe a pessoa na direção em que ela entrará, colocando-lhe a mão na parte superior da porta para sua melhor orientação. Se a porta do carro estiver fechada, coloque a mão na maçaneta da porta. Isso será suficiente para que ela se oriente para o interior do carro.



NOÇÕES BÁSICAS DE COMO SE RELACIONAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

20

No interior de coletivos, não há necessidade de que você ceda lugar à pessoa com deficiência. No entanto, se houver lugar vazio, oriente-a para ocupá-lo.



21

Não deixe de apertar a mão da pessoa ao encontrá-la ou ao se despedir.

O aperto de mão substitui, para ela, o sorriso amável.



LEMBRE-SE SEMPRE:

- ✓ Respeito, atenção e naturalidade fazem toda a diferença.
- ✓ A pessoa com deficiência visual tem autonomia e capacidade, como qualquer outra pessoa.
- ✓ Pequenas atitudes podem garantir segurança, bem-estar e inclusão.



7. SAIBA MAIS:

SITES E BLOGS:

1. Instituições de Referência

- Instituto Benjamin Constant (RJ) – <https://ibc.gov.br> - Obras didáticas e manuais técnicos — IBC - (Oferece materiais, cursos e referências em braille e educação inclusiva).
- Fundação Dorina Nowill para Cegos (SP) – <https://fundacaodorina.org.br> - (Livros acessíveis, notícias, cursos e serviços de apoio).
- Instituto dos Cegos Padre Chico (SP) – <https://padrechico.org.br> - (Educação, apoio e inclusão de pessoas cegas e com baixa visão).

2. Governo e Educação

- MEC – Educação Inclusiva – <https://www.gov.br/mec> - (Materiais e políticas públicas voltadas à inclusão).
- Portal de Acessibilidade do Governo Federal – <https://www.gov.br/acessibilidade> - (Informações sobre recursos e legislação de acessibilidade).

3. Blogs e Comunidades Online

- Deficiência Visual - Adevisé - Associação dos Deficiente Visuais de Sergipe
- Blog Bengala Legal – <http://www.bengalalegal.com> - (Conteúdo sobre acessibilidade, direitos e inclusão de pessoas com deficiência visual).

- Portal Sentidos – <http://www.sentidos.com.br> - (Notícias e artigos sobre deficiência, inclusão e acessibilidade).
- Reab.me – <https://www.reab.me> - (Blog sobre reabilitação e recursos para pessoas com deficiência).

4. Recursos Tecnológicos

- NVDA (NonVisual Desktop Access) – <https://www.nvaccess.org> (Leitor de tela gratuito e muito utilizado).
- DosVox – <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/> - (Sistema desenvolvido pela UFRJ para pessoas cegas).
- Livro Acessível MEC – <https://livroacessivel.plataformaintegrada.mec.gov.br> - (Acervo de livros digitais acessíveis para estudantes)

5. Livros e Materiais de Referência

- “Educação de Cegos e Deficientes Visuais” – Instituto Benjamin Constant - (Aborda metodologias de ensino, materiais adaptados e estratégias pedagógicas).
- “Ensino do Braille” – Fundação Dorina Nowill - (Manual completo para professores e profissionais que trabalham com alunos cegos).
- “Tecnologias Assistivas na Educação” – Ana Cristina Bertelli - (Explica recursos digitais e tecnológicos que favorecem a aprendizagem inclusiva).
- “Inclusão Escolar: Teoria e Prática” – Roseli Fischmann - (Livro acadêmico sobre políticas, práticas e estratégias de inclusão).

6. Artigos e Publicações Acadêmicas

- Artigos sobre adaptação de materiais didáticos em braille, áudio ou ampliado.

- Pesquisas sobre metodologias ativas para alunos com deficiência visual.
- Estudos sobre orientação e mobilidade e autonomia na escola.

7. Revistas e Publicações Online

- Revista Brasileira de Educação Especial (<https://www.abres.org.br>) - (Artigos e pesquisas sobre educação inclusiva e deficiência visual).
- Portal Sentidos (<http://www.sentidos.com.br>) - (Notícias, experiências pedagógicas e recursos acessíveis).
- Blog Bengala Legal (<http://www.bengalalegal.com>) - (Dicas práticas, estudos de caso e informações sobre acessibilidade).

8. Leitura para Formação de Professores e Família

- “Acessibilidade e Inclusão Escolar” – Ministério da Educação (MEC) - (Manual com orientações gerais sobre práticas inclusivas).
- “Aprendizagem e Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual” – Instituto Benjamin Constant (Focado no desenvolvimento pedagógico e na autonomia do aluno).
- “Educação Especial e Inclusiva” – Livia Lodi - (Dicas de estratégias de ensino, planejamento e adaptação de atividades).





SUGESTÕES PARA A EQUIPE ESCOLAR

Formação Continuada de Profissionais da Educação
Caminhos para aprender, compartilhar e transformar práticas!



OFICINA PEDAGÓGICA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA VISUAL NA PRÁTICA ESCOLAR

- 1. Título da Oficina:** Ver com Outros Olhos: práticas inclusivas para estudantes com deficiência visual
- 2. Público-alvo:** Professores da Educação Básica, equipe pedagógica e gestores escolares.
- 3. Carga horária:** 4 horas (podendo ser adaptada para 8h ou dividida em encontros).
- 4. Objetivo Geral:** Promover a formação continuada de professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas voltadas ao acolhimento, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência visual.
- 5. Objetivos específicos:**
 - Compreender as especificidades da baixa visão e da cegueira;
 - refletir sobre barreiras atitudinais, pedagógicas e estruturais;
 - apresentar estratégias pedagógicas inclusivas aplicáveis à sala de aula;
 - vivenciar experiências sensoriais que promovam empatia.
 - orientar a elaboração de práticas e adaptações no planejamento escolar.



6. Metodologia: A oficina será desenvolvida de forma participativa, prática e reflexiva, por meio de: Exposição dialogada, dinâmicas vivenciais, estudo de caso, trabalho em grupo, socialização de experiências

7. Recursos Materiais: Vendas ou tecidos para cobrir os olhos, textos impressos (ampliados e em braille, se possível), computador e projetor, áudios e vídeos, objetos diversos para exploração tátil, cartolina, canetas, post-its



Desenvolvimento da Oficina

Momento 1 – Acolhida e sensibilização (30 min)

- Apresentação dos participantes
- Pergunta disparadora:
- “Você se sente preparado para ensinar um estudante com deficiência visual?”
- Dinâmica rápida de expectativas

Momento 2 – Vivência prática: “Sentir para compreender” (40 min)

Atividade:

- Professores vendados realizam pequenas tarefas:
 - Caminhar pelo espaço
 - Identificar objetos
 - Tentar ler ou escrever

Reflexão coletiva:

- Quais dificuldades sentiram?
- O que facilitou ou dificultou?
- Relação com a realidade dos estudantes



Momento 3 – Fundamentação teórica (40 min)

- Diferença entre baixa visão e cegueira
- Barreiras na escola:
 - Atitudinais
 - Pedagógicas
 - Estruturais
- Importância da acessibilidade e inclusão

Momento 4 – Estratégias pedagógicas inclusivas (60 min)

Apresentação e discussão de práticas:

- Descrição verbal de conteúdos
- Uso de recursos auditivos e táteis
- Adaptação de atividades
- Avaliação inclusiva
- Organização do ambiente
- Uso de tecnologias assistivas

- Organize grupos de leitura.
- Socialize ideias principais em encontros.
- Relacione os estudos com os desafios da escola.



Momento 5 – Planejamento na prática (60 min)

Atividade em grupo:

- Cada grupo recebe uma situação-problema ou conteúdo escolar
- Elaborar estratégias inclusivas considerando:
 - Adaptação do conteúdo
 - Recursos necessários
 - Forma de avaliação

Socialização das propostas

Momento 6 – O papel do PEI (Plano Educacional Individualizado) (30 min)

- Explicação do PEI
- Importância do planejamento individualizado
- Exemplos práticos

Momento 7 – Construção de compromissos (20 min)

- Cada participante escreve:
- *“Uma ação que vou implementar na minha prática”*
- Compartilhamento

Momento 8 – Avaliação e encerramento (20 min)

- Avaliação da oficina
- Espaço para dúvidas
- Mensagem final: inclusão como prática coletiva

Momento 9 – Avaliação da Oficina

Será realizada de forma contínua, considerando:

- Participação dos professores
- Envolvimento nas atividades

- Produção das propostas em grupo
- Feedback final dos participantes

Resultados Esperados

- Professores mais seguros para atuar com estudantes com deficiência visual
- Maior sensibilização da equipe escolar
- Aplicação de estratégias inclusivas no cotidiano
- Redução de barreiras atitudinais
- Fortalecimento da cultura inclusiva na escola

Sugestão de continuidade

- Criação de grupo de estudos na escola
- Acompanhamento pedagógico
- Novas oficinas temáticas (Orientação e mobilidade, Sistema Braille, dentre outras.)



8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma escola inclusiva é um processo contínuo, que exige compromisso, sensibilidade e ação coletiva. Ao longo deste guia, buscamos apresentar orientações que auxiliem educadores e equipes escolares no acolhimento e no acompanhamento de estudantes com deficiência visual, reconhecendo suas singularidades e potencialidades.

Mais do que adaptar materiais ou reorganizar espaços, incluir implica transformar atitudes, rever práticas e fortalecer uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças e na valorização de cada sujeito. Nesse percurso, a formação continuada dos profissionais, o planejamento pedagógico intencional, a disponibilidade de recursos acessíveis e o envolvimento de toda a comunidade escolar são elementos fundamentais.

É importante destacar que não existem receitas prontas. Cada estudante traz consigo uma história, um modo de aprender e de se relacionar com o mundo. Por isso, o diálogo constante, a escuta atenta e a flexibilidade nas práticas pedagógicas devem orientar o trabalho cotidiano.

Reafirmamos, ainda, a importância do protagonismo estudantil, reconhecendo o estudante com deficiência visual como sujeito ativo no processo educativo, capaz de participar, opinar, construir e transformar sua trajetória escolar.

Por fim, esperamos que este guia possa servir como um instrumento de apoio, inspiração e reflexão, contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas e para a construção de ambientes escolares mais acessíveis, acolhedores e equitativos.

Que cada educador, ao utilizar este material, sinta-se motivado a avançar, experimentar e compartilhar experiências, tornando a inclusão não apenas um princípio, mas uma realidade vivida no cotidiano da escola.

"Quando a escola abraça, o aluno descobre que aprender também é sentir-se em casa."



REFERÊNCIAS

ADEWISE. Deficiência Visual - Adevisé - Associação dos Deficiente Visuais de Sergipe

BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 02 de outubro de 2025.

BRASIL. Lei nº 14.951, de 2 de agosto de 2024. Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 ago. 2024.

BRASIL (2025r): BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Manual de acessibilidade em eventos presenciais. Texto e pesquisa: Adriana Padula Jannuzzi e Soraya Ferreira Alves. Brasília, 2025. 75p. Disponível em: [link Manual_acessibilidade_eventos_presenciais_DIGITAL.pdf](#)
Acesso em: 23 ago. 2025.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A., and COSTA, M. P. R. Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2010, 78 p. ISBN 978-85-7600-371-7. <https://doi.org/10.7476/9788576003717> .

SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. In BRASIL, Ministério da Educação. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Visual. Brasília/DF, 2007. p. 22 37. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

SANTOS, J. F. dos. Desafios da inclusão e do acolhimento educacional de estudantes com deficiência visual na educação básica na perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo. 2026. 139 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2026.

SANTOS, A. J. de O.; CASTRO, S. A. de. Autoestima a partir do caminhar: orientação e mobilidade da pessoa com deficiência visual. Benjamin Constant, n. 54, 2013.

Rompendo barreiras: guia prático de orientação e mobilidade do Instituto Benjamin Constant [recurso eletrônico] / Grupo de estudos e pesquisa em orientação e mobilidade. – Rio de Janeiro : Instituto Benjamin Constant, 2022. Disponível em: [Rompendo barreiras: guia prático de Orientação e Mobilidade do Instituto Benjamin Constant — IBC](#) Acesso em 04/01/2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Atendimento ao estudante com deficiência visual e surdocegueira. cartilha. Acesso em 10/01/2024. [Cartilha ATENDIMENTO ESTUDANTE .pdf](#)



“

É importante que toda a comunidade escolar - educadores, familiares e colegas - compreendam que as limitações impostas pela deficiência visual não são barreiras intransponíveis, mas desafios que podem ser superados.

”



